

HABEAS CORPUS Nº 563.225 - SP (2020/0045408-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : RENATO HENRIQUE REHDER
ADVOGADO : RENATO HENRIQUE REHDER - SP314536
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GESIEL ALVES (PRESO)
OUTRO NOME : GESIEL SILVA ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 18):

Habeas Corpus. Furto qualificado. Decisões que mantiveram a segregação cautelar fundamentadas. Paciente recalcitrante. Necessidade da manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 30/12/2019 e sua prisão foi convertida em preventiva em 31/12/2019, sendo condenado à pena de 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão pela prática do crime tipificado no art. 155, *caput*, do CP.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, alegando inexistir provas da autoria, bem como ausência dos requisitos para a segregação e desproporcionalidade em comparação com futuro provimento condenatório, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela *declaração de prejudicialidade do habeas corpus*.

Na origem, a ação penal n. 1503254-05.2019.8.26.0530 encontra-se em fase de apelação, conforme informações eletrônicas disponíveis em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Além disso, a desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Verifica-se que, no curso deste *writ*, sobreveio sentença penal condenatória, que assim dispôs sobre a prisão preventiva (fls. 93/94):

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 44 do Código Penal, bem como a suspensão condicional da pena e o recurso em liberdade, porque o réu é reincidente e portador de maus antecedentes.

O réu cumprirá a pena em regime inicial fechado, diante do reconhecimento da reincidência e das circunstâncias que ensejaram a fixação da pena acima do mínimo legal (art. 59, III, do Código Penal). Inaplicável o disposto na súmula 269 do STJ porque as circunstâncias judiciais não são favoráveis, vez portador de maus antecedentes o acusado.

Por fim, não há que se falar em detração para fins de fixação de regime inicial mais brando, conforme previsto no art. 387, § 2º, inserido pela Lei 12.736/12 porque, para obtenção deste benefício é necessário, além da verificação do tempo de prisão, também a análise de requisito subjetivo, o que deve ser apurado pelo Juízo da execução.

Nego o apelo em liberdade para garantia da ordem pública, vez que reincidente o réu, portador de maus antecedentes, e também porque permaneceu preso durante todo o processo, não se justificando sua soltura após a condenação.

Como se vê, consta da sentença fundamentação que deve ser considerada idônea, com esteio na reiteração delitiva, uma vez que é *reincidente o réu, portador de maus antecedentes*.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para

Superior Tribunal de Justiça

justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator